

Relatório Anual



COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL

*3ª Emissão de Debêntures Simples
Exercício 2007*

Rating

Emissão: Moody's: Aa1.br

Fitch Rating: AA(bra)

PLANNER
Agente Fiduciário

ÍNDICE

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA	3
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	3
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	6
ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS	7
POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES	7
EVENTOS REALIZADOS – 2007	7
AGENDA DE EVENTOS – 2008	7
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	7
ORGANOGRAMA	8
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	8
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	9
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS	9
INFORMAÇÕES RELEVANTES	10
PRINCIPAIS ASPECTOS	10
PRINCIPAIS RUBRICAS	12
ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	13
ANÁLISE DA GARANTIA	17
PARECER	18
DECLARAÇÃO	18

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

Denominação Comercial:	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
Endereço da Sede:	Rua Coronel Dulcídio, 800 – 3º andar - Batel 80420-170 – Curitiba - PR
Telefone / Fax:	(41) 3322-3535 / (41) 3324-4312
D.R.I.:	Paulo Roberto Trompczynski
CNPJ:	76.483.817/0001-20
Auditor:	Deloitte Touche Tohmatsu
Atividade:	Energia Elétrica

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Registro CVM nº:	CVM/SRE/DEB/2005/018 – 25 de abril de 2005;
Situação da Emissora:	Adimplente com as obrigações pecuniárias;
Código do Ativo:	CETIP: CPEL 13; e CBLC: CPLE-D31;
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.;
Coordenador Líder:	BB Banco de Investimento S.A.;
Data de Emissão:	Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures é 1º de fevereiro de 2005;
Data de Vencimento:	O vencimento das debêntures será em 1º de fevereiro de 2009;
Quantidade de Debêntures:	Foram emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures;
Número de Série:	Emitidas em série única;
Valor Total da Emissão:	O valor total da emissão, na data de emissão, é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);
Valor Nominal:	As debêntures têm valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
Forma:	As debêntures são da forma escritural e nominativa;
Espécie:	As debêntures são da espécie com garantia real;
Conversibilidade:	As debêntures desta emissão não são conversíveis em ações;

Permuta: Não se aplica a presente emissão;

Poder Liberatório: Não se aplica a presente emissão;

Opção: Não se aplica a presente emissão;

Negociação: As debêntures foram registradas para negociação, no mercado secundário, (i) no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) no Sistema de Negociação Bovespa Fix (“BovespaFix”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“Bovespa”), sendo os negócios liquidados e as debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”);

Atualização do Valor Nominal: Não se aplica à presente emissão;

Pagamento da Atualização: Não se aplica à presente emissão;

Remuneração Sobre o valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações realizadas e pagas anteriormente, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115%(cento e quinze por cento) da taxa média diária dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (a “Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos (“Remuneração”);

Pagamento da Remuneração: Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização será devido e pago semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de agosto de 2005 e, o último, em 1º de fevereiro de 2009;

Amortização: A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente, nas datas e nos percentuais do Valor Nominal Unitário de cada Debênture indicados na tabela abaixo (a “Amortização”):

Data	Parcela	Amortização do Valor Nominal Unitário de cada Debênture
01/02/2007	1ª	R\$ 3.333,00
01/02/2008	2ª	R\$ 3.333,00
01/02/2009	3ª	R\$ 3.334,00

Fundo de Amortização: Não se aplica a presente emissão;

Prêmio: Não se aplica a presente emissão;

Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures.

Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 4.11 poderão ser canceladas, perma-

necer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e demais condições das demais Debêntures então em circulação.

Resgate Antecipado: A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures em Circulação, a qualquer tempo a partir de 1º de março de 2007, mediante a publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do resgate antecipado facultativo, informando a data e o procedimento de resgate (“Comunicação de Resgate”). O resgate antecipado facultativo poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário da Debênture, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (i) da Remuneração devida até a data do pagamento das Debêntures a serem resgatadas, e (ii) de prêmio percentual de 0,80% (oitenta centésimos por cento), incidente sobre o valor do saldo a ser resgatado.

Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) dias úteis posteriores à publicação do Aviso aos Debenturistas, os Debenturistas poderão habilitar-se ao resgate Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Emissora deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto do resgate antecipado facultativo serão extintas por ocasião deste por meio de cancelamento.

Para as Debêntures registradas no SND, o resgate parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP, mas na presença do Agente Fiduciário. Para as Debêntures registradas no BovespaFix, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no BovespaFix observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

Vencimento Antecipado:

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 6.2. e 6.3. da Escritura de Emissão, de imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, deduzindo as amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- a. decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (ou, em relação a qualquer das hipóteses desta alínea, qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substitua ou complemente a atual legislação sobre falências e concordatas, inclusive recuperação judicial e extrajudicial);
- b. não pagamento de qual(is) valor(es) devido(s) aos Debenturistas nas datas previstas na Escritura;
- c. decretação de intervenção na concessão ou extinção da concessão para a exploração dos serviços de distribuição, transmissão ou geração de energia pela Emissora ou pelas controladas da Emissora;

- d. sem prejuízo do item (b) acima, o descumprimento pela Emissora ou pela Copel Geração de qualquer obrigação não financeira estipulada ou de inveracidade, não remediadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da inadimplência ou inveracidade, sendo que esse prazo de 10 (dez) Dias Úteis não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- e. protesto(s) legítimo(s) de título(s) contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela controlada, direta ou indireta, da Emissora, conforme o caso, ou se vier a ser cancelado no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência;
- f. decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, por valor agregado que ultrapasse R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M, desde que a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, não comprove o pagamento, ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a partir do referido pagamento, do referido valor agregado, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- g. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- h. falta de pagamento pela Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora de quaisquer dívidas financeiras em valor agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor este que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- i. falta de cumprimento por parte da Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, durante a vigência desta Escritura, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura;
- j. qualquer alteração do objeto social previsto no Estatuto Social da Emissora que altere a atividade social preponderante da Emissora;
- k. inobservância dos seguintes índices financeiros, a serem verificados semestralmente no 10º Dia Útil contado da data do encaminhamento à CVM das informações financeiras trimestrais, relativas aos meses de março e setembro, revisadas ou auditadas pela emissora.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados com a presente emissão de debêntures foram destinados ao pagamento de títulos emitidos no mercado internacional (euronotas) pela Emissora, em 02.05.1997, cujo vencimento ocorreu em 02.05.2005, no valor principal de US\$150.000.000, acrescidos de juros. Segue abaixo quadro demonstrativo da utilização de recursos:

Montante em R\$	
Montante total da 3ª Emissão	400.000.000
Custos de Emissão	7.422.506
Montante Líquido	392.577.493
Pagamento de Euronotas	395.609.475
Dispêndio da Emissora	3.031.981,93

ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

No decorrer do exercício de 2007 não foram realizadas Assembléias de Debenturistas.

POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
31/12/2007	R\$ 6.667,000000	R\$ 340,424554	R\$ 7.007,424554
31/12/2006	R\$ 10.000,000000	R\$ 636,633500	R\$ 10.636,633500

Data	Debêntures em Circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
31/12/2007	40.000	0	R\$ 280.296.982,16
31/12/2006	40.000	0	R\$ 425.465.340,00

EVENTOS REALIZADOS – 2007

Data	Evento	Valor Unitário
1/2/2007	Remuneração	R\$ 768,646100
1/2/2007	Amortização	R\$ 3.333,00
1/8/2007	Remuneração	R\$ 453,547343

AGENDA DE EVENTOS – 2008

Data	Evento
1/2/2008	Remuneração e Amortização (*)
1/8/2008	Remuneração

(*) Esse evento já foi devidamente liquidado.

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

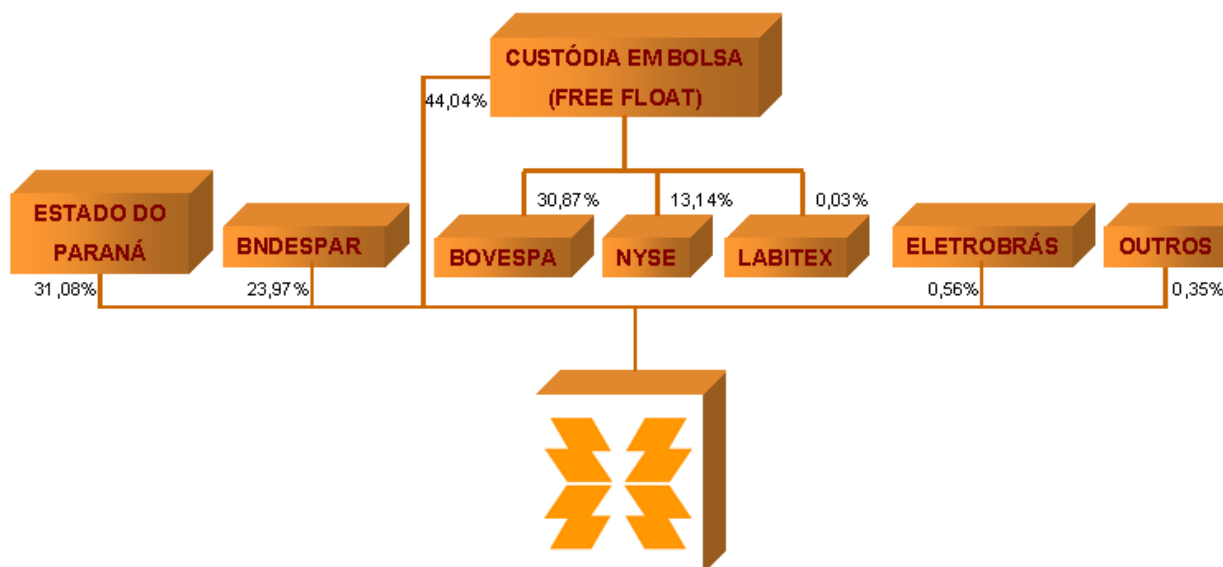
No decorrer do exercício de 2007 a Emissora cumpriu, regularmente e dentro dos prazos, a todas as obrigações previstas na escritura de emissão.

A Emissora obrigou-se a cumprir determinados índices financeiros, a serem verificados semestralmente no 10º Dia Útil contado da data do encaminhamento à CVM das informações financeiras trimestrais, relativas aos meses de março de setembro, revisadas ou auditadas da Emissora, conforme o caso. Segue abaixo Limites e Índices a serem observados, bem como, quadro demonstrativo pertinente ao exercício de 2007:

- (i) **EBITDA Consolidado/Despesas Financeiras Consolidadas** igual ou superior a **1,8** até 30 de junho de 2006 e igual ou superior a **2,0** após 30 de junho de 2006;
- (ii) **Dívida Consolidada/EBITDA Consolidado** de, no máximo, **4,0**; e
- (iii) **Dívida Consolidada/(Dívida Consolidada + Patrimônio Líquido)** de, no máximo, **0,42**;

	1º Trim.07	3º Trim.07
(1) EBITDA Consolidado	1.825.475	2.029.972
(2) Despesas Financeiras	258.141	294.722
(3) Dívida Consolidada	2.046.034	2.098.353
(4) Patrimônio Líquido	6.659.232	7.035.638
(i) (1) / (2) > ou = 1,8	7,0716	6,8878
(ii) (3) / (1) < ou = 4,0	1,1208	1,0337
(iii) (3) / (3+4) < ou = 0,42	0,2350	0,2297
(i) Limite > OU = 1,8	Cumpriu	Cumpriu
(ii) Limite < OU = 4,0	Cumpriu	Cumpriu
(iii) Limite < OU = 0,42	Cumpriu	Cumpriu

ORGANOGRAMA



PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

A Copel é holding de energia elétrica com subsidiárias integrais destinadas a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná, conforme concessões outorgadas pela agência reguladora do setor elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A Companhia também presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, em conformidade com o Ato nº 31.337, da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, mantendo participações acionárias em empreendimentos nos setores de energia, saneamento, gás, telecomunicações e serviços.

Em 31.12.2007, a Copel gerava eletricidade em 17 usinas hidrelétricas e uma usina termelétrica, com capacidade total instalada de 4.550 MW, da qual aproximadamente 99,6% é hidrelétrica. Adicionando-se a capacidade instalada proporcional da Copel em parcerias, o total atinge 5.151 MW.

A Companhia, na mesma data, tinha em sua propriedade e operava 7.352 km de linhas de transmissão e 171.524 km de linhas de distribuição. Da energia que forneceu a consumidores finais em 2007, 38,7% foram destinados a consumidores industriais; 25,7%, a consumidores residenciais; 18,6%, a consumidores comerciais; e 16,9%, a consumidores rurais e outros.

A Copel tem concessão para distribuir eletricidade em aproximadamente 98% dos 399 municípios do Paraná e no município de Porto União, em Santa Catarina.

Na área de telecomunicações, a Companhia opera serviços de comunicação multimídia, através de 10.625 km de cabos ópticos instalados, atendendo, em 31.12.2007, a 504 clientes em 181 cidades.

Principais Produtos	Participação no mercado em 2007		
	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de Energia Elétrica	4,9%	31,3%	66,6%
Transmissão de Energia Elétrica (1) (2)	1,88%	não disponível	não disponível
Distribuição de Energia Elétrica (3)	6,80%	34,20%	(3)96,8%
Transmissão de Dados (2)	1,0%	5,8%	15,5%
Distribuição de Gás	3,9%	32,6%	100%

(1) refere-se exclusivamente ao comprimento de linhas da rede básica em dezembro/2007

(2) dado estimado

(3) participação no atendimento ao mercado cativo

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Moody's Investors Service

Classe	Rating Atual	Rating Anterior	Última Divulgação
Debêntures 3ª Emissão	Aa1.br	A1.br	01/01/2008

Fitch Rating

Classe	Rating Atual	Rating Anterior	Última Alteração
Debêntures 3ª Emissão	AA(bra)	AA-(bra)	04/10/2007

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Na 52ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de Abril de 2007, deliberou-se aprovar o aumento do Capital de Social da Companhia mediante a incorporação de reservas de retenção de lucros de 2004 e parcial de 2005, pois os valores já foram aplicados no ativo permanente, e a adequação do caput do art. 4º, de acordo com a prerrogativa prevista no §1º do art. 7º ambos do Estatuto Social da Companhia, em virtude da conversão de ações PNA em PNB.

Na 169ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de Julho de 2007, deliberou-se aprovar (i) o grupamento da totalidade das ações emitidas pela Companhia, com as seguintes características: as ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo

(BOVESPA), sob os códigos de operação CPLE3, CPLE5 e PLE6, serão grupadas à razão de 1.000 para 1 ação; as ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) via programa ADR, sob os códigos de operação ELPVY e ELP, passarão da paridade de 1 ADR por 1.000 ações para a paridade de 1 ADR por 1 ação; e as ações negociadas via Mercado Latino Americano em Euros (LATIBEX), sob o código de operação XCOP, passarão da paridade de 1 XCOP por 1.000 ações para a paridade de 1 XCOP por 1 ação. (ii) Promover a adequação do Art. 4º do Estatuto Social, em função do grupamento da totalidade das ações emitidas pela Companhia, representativas de seu capital social, passando a ser 273.655.375 ações, sem valor nominal, das quais 145.031.080 são ações ordinárias e 128.624.295 são ações preferenciais e, destas, 399.247 são ações classe “A” e 128.225.048 são ações classe “B”. As quantidades de ações preferenciais classes “A” e “B” são meramente indicativas, uma vez que poderão, ainda, ser ajustadas em razão das eventuais solicitações de conversão de ações classe “A” em classe “B”, de acordo com a prerrogativa prevista no §1º do Art. 7º do Estatuto Social da Companhia; (iii) Adequação da redação do § 1º do Art. 4º do Estatuto Social, em função do grupamento da totalidade das ações emitidas pela Companhia, passando a ser registrado como capital autorizado o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações; e 4. Prazo para que os acionistas, a seu livre e exclusivo critério, possam ajustar as suas posições de ações, por espécie e classe, em lotes múltiplos de 1.000, mediante negociação na Bovespa por intermédio da Corretora de Valores de sua preferência.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2007, a Copel contratou junto ao Banco do Brasil linha de financiamento, no total de R\$ 330 milhões, com a finalidade de pagamento e alongamento do perfil da dívida existente.

Para captação de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas áreas de geração e transmissão, a Companhia obteve aprovação de financiamento, junto à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, dos montantes de R\$ 5,1 milhões e R\$ 3,5 milhões, respectivamente.

Para atendimento a obras no âmbito do Programa Luz para Todos, a Companhia obteve em 2007, liberação, através da Eletrobrás, do valor de R\$ 30 milhões.

Em 04.10.2007, a Fitch Ratings elevou de A+ (bra) para AA- (bra) o Rating Nacional de Longo Prazo da Copel e da sua quarta emissão de debêntures, ocorrida no segundo semestre de 2006. Ao mesmo tempo, a Fitch elevou de AA- (bra) para AA (bra) o Rating Nacional de Longo Prazo da terceira emissão de debêntures da Companhia, realizado primeiro semestre de 2005.

Em novembro/2007, o Conselho Monetário Nacional – CMN autorizou excepcionalização à Resolução 2827/01, do Banco Central, que trata do contingenciamento de crédito ao setor público, com vistas à concessão de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de, aproximadamente, R\$ 340 milhões para a Copel, com o objetivo de alavancar a construção da UHE Mauá.

PRINCIPAIS ASPECTOS

Durante o ano de 2007, a Copel registrou importantes realizações e conquistas nas diversas frentes em que atua:

- a. No que concerne à governança corporativa, a empresa formalizou durante o ano sua adesão ao Código de Boas Práticas instituído pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Também é digno de registro o sucesso do esforço da Companhia para sensibilizar sua rede de fornecedores cadastrados, buscando comprometê-los com as mesmas causas e compromissos da Copel em termos de sustentabilidade e responsabilidade social. Em 2007 a Copel concluiu todo o processo de implantação da Norma AA1000 – outra das metas que haviam sido fixadas para o exercício;

- b. Na expansão das atividades e negócios, a empresa venceu o leilão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para construir e operar a linha de transmissão em 230 kV entre as subestações Bateias e Pilarzinho, nas imediações de Curitiba. Além disso, colocou em operação as novas subestações Santa Mônica 230 kV (Região Metropolitana de Curitiba) e Posto Fiscal 230 kV (em Paranaguá), construídas com o propósito de ampliar a oferta de energia elétrica a dois grandes pólos consumidores do Paraná e conferir maior segurança à operação do sistema elétrico.
- c. A Companhia também aumentou sua participação acionária (de 15% para 45%) na Dominó Holdings em 14.01.2008, empresa que concentra significativa parcela (34,75%) do capital votante da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), por meio da compra das ações de propriedade da Sanedo, que se retirou da sociedade. A operação, além de rentável conforme os estudos e projeções, vai conferir à Copel poderes efetivos dentro da Dominó Holdings, o que significa dizer que o interesse público será fortalecido no âmbito da gestão da Sanepar, cuja missão social de promover a universalização do acesso ao abastecimento com água tratada e ao serviço de coleta e tratamento de esgoto mediante tarifas justas e adequadas será resgatada.
- d. Igualmente, a Copel assumiu a integralidade do controle da Centrais Eólicas do Paraná, empresa que opera cinco aerogeradores em Palmas, região Sul do Paraná, com potência instalada de 2,5 MW. A Copel, que já detinha 30% de participação no empreendimento, adquiriu os 70% de propriedade da Wobben Windpower.
- e. Durante o ano de 2007, a Copel deu prosseguimento às ações destinadas a obter a Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi – empreendimento de 361 MW de potência e orçado em R\$ 991,3 milhões, no qual tem participação de 51% e tem como parceira a Eletrosul, estatal controlada pelo Governo Federal, com 49%. Em 24/03/2008 o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, assinou a Licença de Instalação.
- f. No ano que passou, a Copel registrou importantes manifestações de reconhecimento ao seu desempenho e às iniciativas no campo da sustentabilidade. A principal delas foi a manutenção das ações da Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, no grupo das que formam o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). No cenário externo, cabe registrar a homenagem prestada à empresa pela Bolsa de Valores de Nova Iorque em 31 de julho, em celebração aos dez anos de presença da Copel naquele importante mercado. O governador do Paraná, Roberto Requião, representando o acionista controlador da Companhia, participou dos eventos alusivos em Wall Street, que culminaram com o encerramento solene do pregão do dia naquela casa (acionamento do Closing Bell).
- g. Levantamento do jornal Valor Econômico alinhando as mil melhores empresas do Brasil (Valor-1000) apontou a subsidiária de geração da Copel como a melhor do país no setor de Energia Elétrica. Como distribuidora de energia, a Copel obteve, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Prêmio IASC 2006 – 1º lugar na categoria “Melhor Índice de Satisfação dos Clientes na Região Sul”, entre aquelas com mais de quatrocentos mil consumidores. E, pela sétima vez consecutiva, a Copel foi reconhecida e homenageada como a grande empresa paranaense mais lembrada pelo público numa pesquisa chamada Top of Mind, tradicionalmente realizada pela revista Amanhã, de Porto Alegre, em colaboração com o Instituto Bonilha. Na mesma pesquisa, o nome da Copel também foi destacado por sua atuação social e como uma boa empresa para se trabalhar.
- h. Sob o foco da sustentabilidade, da responsabilidade social e da governança corporativa, a Copel concretizou passos altamente significativos, merecendo destaque a emissão dos demonstrativos de consumo impressos em alfabeto Braille para consumidores portadores de deficiência visual cadastrados na Companhia, facilitando o acesso desse público às informações da sua conta de luz. Para as famílias de baixa renda, a Copel distribuiu gratuitamente 1 milhão de lâmpadas fluorescentes compactas, que são mais econômicas, duráveis e eficientes, contribuindo para reduzir os gastos com eletricidade e preservando os recursos dessa população.

- i. A Copel renovou em 2007 seu convênio com a Pastoral da Criança e firmou um novo, com a Pastoral do Idoso, permitindo que as contas de luz sirvam como instrumento de arrecadação a doações espontâneas da coletividade para esses movimentos. No caso da Pastoral da Criança, as doações autorizadas para débito nas faturas de energia são o seu principal mecanismo de captação de recursos.
- j. Sob o foco da gestão ambiental, a Copel deu início em 2007 a programa de parcerias com prefeituras para a adequação da arborização urbana, incentivando e promovendo a coexistência pacífica de árvores e redes de distribuição de energia elétrica. A iniciativa consiste na cessão às prefeituras de mudas de espécies apropriadas que, na idade adulta, não chegam a atingir altura suficiente para interferir no funcionamento da rede elétrica. As mudas são produzidas pela própria Copel, nos hortos e viveiros que mantém em áreas de algumas das suas hidrelétricas. Além de garantir aos usuários serviço elétrico de melhor qualidade, a maior parte dos desligamentos não programados é provocada por contato ou pela queda de galhos de árvores na fiação elétrica, essa medida evita ou minimiza a necessidade de podas, contribuindo para a preservação ambiental.

Todo o acima exposto resultou no relevante lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2007.

PRINCIPAIS RUBRICAS

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - R\$ MIL

ATIVO	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%
CIRCULANTE	2.470.243	22,6%	3.013.633	25,3%	3.162.410	25,6%
Disponibilidades	1.131.766	10,4%	1.468.716	12,3%	1.540.871	12,5%
Consumidores e Revendedores	945.734	8,7%	1.064.802	8,9%	1.089.694	8,8%
Provisão p/ Créditos Duvidosos	(79.073)	(0,7%)	(111.261)	(0,9%)	(71.592)	(0,6%)
Serviços em Curso / Terceiros	19.481	0,2%	33.437	0,3%	60.093	0,5%
Dividendos a receber	3.665	0,0%	2.019	0,0%	2.767	0,0%
Repasse CRC	31.803	0,3%	35.205	0,3%	40.509	0,3%
Impostos e Contr. A compensar	131.038	1,2%	235.084	2,0%	155.599	1,3%
Conta de Compensação	128.187	1,2%	90.048	0,8%	67.614	0,5%
Cauções e Depósitos	43.746	0,4%	103.853	0,9%	145.161	1,2%
Estoques	36.590	0,3%	51.444	0,4%	52.195	0,4%
Diversos créditos de curto prazo	77.306	0,7%	40.286	0,3%	79.499	0,6%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.042.085	18,7%	1.839.349	15,4%	1.990.607	16,1%
Consumidores e Revendedores	104.483	1,0%	108.157	0,9%	139.125	1,1%
Repasse CRC	1.150.464	10,5%	1.158.898	9,7%	1.209.853	9,8%
Impostos e Contribuições Sociais	526.506	4,8%	382.528	3,2%	462.427	3,7%
Depósitos Judiciais	129.491	1,2%	140.954	1,2%	121.340	1,0%
Créditos com pessoas ligadas	35.357	0,3%	-	-	-	-
Diversos créditos de longo prazo	95.784	0,9%	48.812	0,4%	57.862	0,5%
PERMANENTE	6.410.986	58,7%	7.081.641	59,3%	7.207.000	58,3%
Investimentos	391.505	3,6%	229.953	1,9%	256.809	2,1%
Imobilizado	5.948.104	54,5%	6.711.686	56,2%	6.832.379	55,3%
Intangível	66.002	0,6%	116.798	1,0%	112.585	0,9%
Diferido	5.375	0,0%	23.204	0,2%	5.227	0,0%
TOTAL DO ATIVO	10.923.314	100,0%	11.934.623	100,0%	12.360.017	100,0%

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - R\$ MIL

PASSIVO	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%
CIRCULANTE	2.329.364	21,3%	2.581.370	21,6%	1.814.627	14,7%
Fornecedores	1.162.111	10,6%	392.219	3,3%	366.510	3,0%
Tributos e contribuições sociais	381.980	3,5%	311.085	2,6%	249.460	2,0%
Empréstimos e financiamentos	99.253	0,9%	90.152	0,8%	92.684	0,7%
Debêntures	115.703	1,1%	838.355	7,0%	171.827	1,4%
Dividendos a pagar	114.467	1,0%	277.421	2,3%	252.362	2,0%
Provisões	108.326	1,0%	134.218	1,1%	146.119	1,2%
Benefício Pós Emprego	132.902	1,2%	133.635	1,1%	42.286	0,3%
Diversos débitos de curto prazo	214.622	2,0%	404.285	3,4%	493.379	4,0%
EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO	3.028.452	27,7%	2.771.077	23,2%	3.077.094	24,9%
Empréstimos e financiamentos	667.740	6,1%	604.306	5,1%	835.268	6,8%
Debêntures	1.226.525	11,2%	1.129.230	9,5%	1.002.674	8,1%
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	176.609	1,6%	234.212	2,0%	190.394	1,5%
Benefício Pós Emprego	486.854	4,5%	495.759	4,2%	454.411	3,7%
Tributos e contribuições sociais	37.235	0,3%	24.083	0,2%	32.092	0,3%
Provisão	408.577	3,7%	222.473	1,9%	514.270	4,2%
Diversos débitos de longo prazo	24.912	0,2%	61.014	0,5%	47.985	0,4%
Resultados de Exercícios Futuros	-	-	-	-	592	0,0%
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	78.315	0,7%	205.906	1,7%	231.527	1,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.487.183	50,2%	6.376.270	53,4%	7.236.177	58,5%
Capital social	3.480.000	31,9%	3.875.000	32,5%	4.460.000	36,1%
Reservas de capital	817.293	7,5%	817.293	6,8%	838.340	6,8%
Reservas de lucro	1.189.890	10,9%	1.683.977	14,1%	1.937.837	15,7%
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	10.923.314	100,0%	11.934.623	100,0%	12.360.017	100,0%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - R\$ MIL

DEMONSTR. DE RESULTADOS	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%
Rec. Brutas Vendas e/ou Serv.	6.801.298	153,2%	7.421.326	151,8%	7.920.094	146,1%
(-)Deduções de Receita Bruta	(2.361.687)	(53,2%)	(2.532.711)	(51,8%)	(2.497.968)	(46,1%)
(=)Receitas líquidas	4.439.611	100,0%	4.888.615	100,0%	5.422.126	100,0%
(-) Custo de Bens e/ ou Serviços	(2.958.710)	(66,6%)	(2.950.681)	(60,4%)	(3.140.132)	(57,9%)
(=)Lucro bruto	1.480.901	33,4%	1.937.934	39,6%	2.281.994	42,1%
(+)Receitas financeiras	396.279	8,9%	729.203	14,9%	396.017	7,3%
(-)Despesas financeiras	(566.847)	(12,8%)	(489.186)	(10,0%)	(375.774)	(6,9%)
(-) Despesas c/ vendas	(41.594)	(0,9%)	(83.352)	(1,7%)	(31.140)	(0,6%)
(-) Despesas gerais e administrativas	(397.887)	(9,0%)	(330.736)	(6,8%)	(298.830)	(5,5%)
Resultado de Equivalência Patr.	9.065	0,2%	(6.187)	(0,1%)	1.601	0,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(152.270)	(3,4%)	79.547	1,6%	(344.744)	(6,4%)
(=)Lucro operacional	727.647	16,4%	1.837.223	37,6%	1.629.124	30,0%
(+/-)Resultados não operacionais	(10.646)	(0,2%)	(22.977)	(0,5%)	(31.109)	(0,6%)
(=)Lucro líquido antes da Tributação	717.001	16,2%	1.814.246	37,1%	1.598.015	29,5%
Provisão para IR e CS	(250.267)	(5,6%)	(499.727)	(10,2%)	(536.168)	(9,9%)
IR Diferido	52.067	1,2%	(57.951)	(1,2%)	75.853	1,4%
Participações Minoritárias	(16.424)	(0,4%)	(13.888)	(0,3%)	(31.090)	(0,6%)
(=)Lucro disponível do período	502.377	11,3%	1.242.680	25,4%	1.106.610	20,4%

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Receita Operacional Líquida

Em 2007 a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 533,5 milhões, representando 10,9% de aumento em relação ao exercício de 2006. Tal variação é proveniente do

crescimento da:

- a. Receita de Fornecimento de Energia Elétrica em 7,4%, a qual, apesar do reajuste tarifário negativo de 1,2% em junho deste ano (no ano anterior o reajuste havia sido em média 5,1%), apresentou acréscimo em virtude do aumento de 6,8% no consumo faturado de energia elétrica, atingindo 20.458 GWh;
- b. Receita de Suprimento de Energia Elétrica em 5,9%, em função, principalmente, do aumento do faturamento de contratos em leilão, essencialmente resultante de novos contratos firmados para o período 2007/2014 e reajustes dos demais contratos vigentes;
- c. Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica em 2,8%, decorrente do aumento do uso do sistema de distribuição, em virtude dos reajustes tarifários autorizados pela Aneel e do acréscimo na quantidade de energia transitada nas linhas da Companhia;
- d. Receita de Distribuição do Gás Canalizado em 7,5%, decorrente do aumento do faturamento em operações com terceiros;
- e. Receita de Telecomunicações em 10,1%, decorrente do aumento na prestação de serviços de comunicações de dados, em virtude da entrada em operação de novos clientes e aumento de solicitações de novos serviços (links) pelos clientes já existentes e
- f. Outras Receitas Operacionais em 193,4%, em função da maior receita auferida de arrendamentos e de aluguéis de R\$ 84,9 milhões, dos quais R\$ 79,1 milhões referem-se à receita de aluguel da planta UEG Araucária para a Petrobrás, e do aumento na receita de serviços prestados de R\$ 33,1 milhões, dos quais R\$ 26,1 milhões referem-se à receita da Copel Geração, e também à Petrobrás, referente aos ajustes na planta UEGA, visando preparação para produção.

Observamos que as Deduções da Receita refletem decréscimo decorrente da redução dos encargos do consumidor em R\$ 74,0 milhões, devido, principalmente, à queda na Conta de Consumo de Combustível – CCC, e da redução de Cofins e PIS/Pasep em R\$ 39,2 milhões, compensados pelo acréscimo de ICMS incidente sobre a receita no valor de R\$ 79,1 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais atingiram, em 2007, R\$ 3.814,8 milhões contra R\$ 3.285,2 milhões em 2006. A variação verificada foi influenciada, principalmente, por:

- a. Acréscimo de 13,3% em Despesas de Depreciação e Amortização, proveniente do ingresso de novos ativos no imobilizado em serviço, com destaque para a UEG Araucária, que começou a ser consolidada a partir de junho de 2006 e totalizou neste ano R\$ 49,4 milhões (no ano anterior havia sido de R\$ 26,7 milhões), e, também, para a unidade de Fundão da Elejor, que totalizou R\$ 16,3 milhões (no ano anterior havia sido de R\$ 10,2 milhões);
- b. Acréscimo de R\$ 14,2 milhões em Despesas de Serviços de Terceiros, em função, principalmente, do aumento de manutenção de linhas e redes, manutenção do sistema elétrico e acesso à comunicação por satélite, compensados pela redução em consultoria técnica, científica e administrativa, serviços de manutenção civil e processamento e transmissão de dados;
- c. Aumento de R\$ 323,1 milhões em Provisões e Reversões, composto por Provisões para Contingências de R\$ 246,3 milhões (em 2006, houve reversão em R\$ 146,2 milhões), e pela Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, que apresentou, em 2007, reversão de R\$ 3,9 milhões (em 2006, a provisão havia sido de R\$ 65,5 milhões), em função, principalmente, do acordo firmado entre a Companhia e o Governo do Estado do Paraná, pelo qual foram renegociadas as faturas de fornecimento de energia elétrica e do programa Luz Fraterna;
- d. Acréscimo de R\$ 40,9 milhões em Outras Despesas Operacionais, tendo como principais eventos o aumento de R\$ 34,6 milhões na conta de Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos - CFURH e R\$ 7,1 milhões em Encargos da Concessão - outorga Aneel; e

- e. Aumento de R\$ 7,8 milhões em Despesas de Pessoal, que se deve à incorporação de 645 empregados no quadro funcional da Copel e ao reajuste salarial de 5,5% conforme acordo coletivo;
- f. Planos Previdenciário e Assistencial, com decréscimo em virtude dos valores apontados no relatório atuarial para 2007, onde foi verificado ganho atuarial;
- g. Despesas de Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia Elétrica, com decréscimo de 96,8% em razão da contabilização da repactuação da dívida entre Compagas e Petrobrás ocorrida em 2006, evento não recorrente neste ano. Cabe ressaltar que, em setembro de 2007, foi contabilizada a reversão de R\$ 29,9 milhões, referente à provisão para Pasep e Cofins, calculada sobre os efeitos do acordo Petrobras em maio de 2006. Tal reversão foi baseada na resposta à consulta formulada junto à Receita Federal, a qual se pronunciou oficialmente, julgando indevido o recolhido sobre a reversão na aquisição de gás natural para produção de energia; e
- h. Gás natural para revenda e insumos para operações com gás, com queda de 25,3% devido ao arrendamento da UEG Araucária, pelo qual a Copel deixou de comprar o gás necessário para operacionalizar a usina termelétrica junto àquela empresa.

Cabe ressaltar que a Emissora teve acréscimo de R\$ 10,6 milhões na conta redutora Recuperação de despesas, em virtude da maior recuperação de encargos de uso do sistema elétrico e maior recuperação em arrecadação de faturas baixadas contra PCLD.

LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA ou LAJIDA) totalizou R\$ 2,0 bilhões, ultrapassando em 2,7% o apresentado em 2006, sendo que sua margem foi 37,4%, inferior ao ano anterior, de 40,4%. Veja quadro a seguir:

Rubrica	Em 2007 R\$ mil	Em 2006 R\$ mil
Depreciação e amortização	422.049	372.395
Resultado das Atividades	1.607.280	1.603.393
EBITDA	2.029.329	1.975.788
Receita Operacional Líquida – ROL	5.422.126	4.888.615
Margem do EBITDA %⁽¹⁾	37,4	40,4

⁽¹⁾ Ebitda/Receita Operacional Líquida

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro tem como destaques:

- a. Receitas Financeiras, com decréscimo de R\$ 333,2 milhões em relação a 2006, representado, principalmente, pelo evento apropriado no exercício anterior, que foi a contabilização, naquele ano, de dois eventos não recorrentes: desconto obtido pela renegociação da dívida com a Petrobrás, de R\$ 283,2 milhões, e ganho em operações com derivativos, de R\$ 22,4 milhões. Também contribuiu para esse decréscimo a redução na conta de acréscimos moratórios sobre faturas de energia, por ajuste a valor presente na contabilização destes encargos. Ainda para compensar, a conta de variações monetárias sobre o CRC teve acréscimo, sendo corrigida pelo IGP-DI, que de janeiro a dezembro de 2007 teve variação de 7,9%; e
- b. Despesas Financeiras, com decréscimo no valor da variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, proveniente da valorização do real perante o dólar de 17,1% em 2007 e de 8,7% em 2006; e do Yen, 11,8% em 2007, e 9,5% em 2006, e também do decréscimo de encargos pela quitação das debêntures de 2ª e 3ª séries em fevereiro de 2007.

Endividamento

As dívidas de curto e longo prazo sofreram variações em 2007 em virtude de ingressos de recursos no montante de R\$ 346,5 milhões, sendo R\$ 329,6 milhões referentes às emissões de Notas de Crédito Comercial e Industrial.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 1.122,4 milhões, dos quais R\$ 817,6 milhões em amortização de principal e R\$ 304,8 milhões em encargos. Destes valores, R\$ 717,7 milhões da amortização de principal e R\$ 229,5 milhões de encargos referem-se às debêntures.

Lucro Líquido

Em 2007, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 1.106,6 milhões, sendo 10,9% menor que o obtido no exercício anterior, de R\$ 1.242,7 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 18,0% (lucro líquido ÷ (patrimônio líquido - lucro líquido)), refletindo decréscimo de 25,4% em relação a 2006.

Embora tenha havido decréscimo no lucro, a Companhia demonstrou bom desempenho em suas atividades operacionais, representado pelo crescimento das receitas. É importante ressaltar os eventos não recorrentes no resultado do exercício anterior que se constituíram do acordo firmado entre Copel, Petrobras e Compagas, no valor líquido de tributos de R\$ 416,4 milhões, e da reversão da provisão da Cofins, no valor líquido de tributos de R\$ 130,4 milhões. Somente para efeito de comparação, a não-consideração de tais valores, não recorrentes, ocasionaria lucro de R\$ 695,9 milhões naquele exercício.

Gráfico: Composição da Dívida (Valores em R\$ mil)

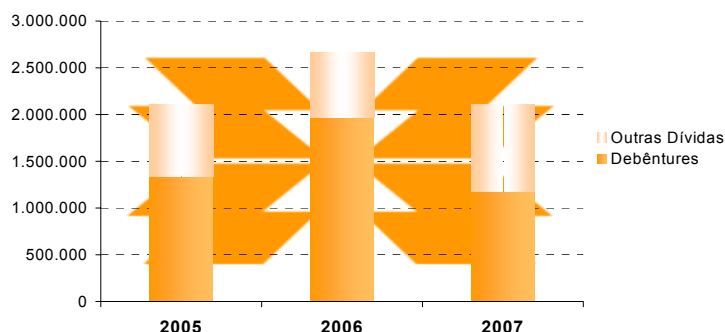
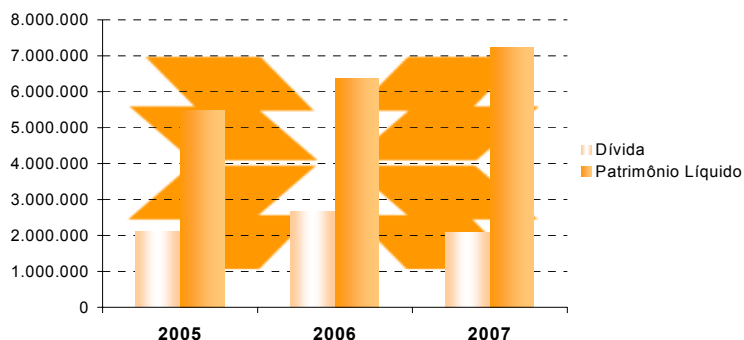


Gráfico: Dívida X PL (Valores em R\$ mil)



ANÁLISE DA GARANTIA

A garantia real da presente emissão é representada pela totalidade dos direitos creditórios da COPEL Geração, atuais e futuros decorrentes (i) dos Contratos de Comercialização de Energia (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR / Contrato de Constituição de Garantia firmado pelas Distribuidoras / Contrato CELESC); e (ii) da e da Conta Centralizadora mantida no Banco Gestor (os “Direitos Empeñados”), nos termos do Contrato de Penhor.

A constituição da garantia foi aprovada pela ANEEL, por meio do Despacho nº 435, do Superintendente de Fiscalização Econômico e Financeiro da ANEEL, publicado no Diário Oficial da União em 11 de abril de 2005.

Dos Recursos Depositados na Conta Centralizadora

O montante anual recebido na Conta Centralizadora em decorrência dos Direitos Empeñados deverá corresponder a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) das obrigações garantidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, e pela Emissora e Copel Geração, nos termos do Contrato de Penhor, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que comprovadamente venha a ser desembolsada pelo Agente Fiduciário para garantir a constituição, manutenção e/ou excussão do penhor (as “Obrigações Garantidas”) e, em caso de verificação pelo Agente Fiduciário de Fluxo Mínimo Anual em valor percentual inferior àquele ali estabelecido, a Emissora deverá recompor o referido percentual, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através da constituição de novas garantias pela Emissora na seguinte ordem de preferência: (1) penhor sobre Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs); (2) penhor sobre CDB emitidos por qualquer uma das 10 (dez) maiores instituições financeiras brasileiras, determinadas segundo o valor dos ativos totais, conforme informações mais recentes divulgadas pelo Banco Central do Brasil; (3) fiança bancária emitida por qualquer uma das 10 (dez) maiores instituições financeiras brasileiras determinadas segundo o valor dos ativos totais, conforme informações mais recentes divulgadas pelo Banco Central do Brasil; ou (4) penhor sobre direitos creditórios (recebíveis), sendo que seus termos e condições estarão sujeitos a aprovação em assembléia geral de debenturistas por titulares da maioria das debêntures em circulação.

Na primeira Data de Apuração subsequente às datas de pagamento da amortização ou do resgate, e desde que (i) a Emissora esteja em dia com suas obrigações garantidas na Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor e a Copel Geração, no Contrato de Penhor; e (ii) o Agente Fiduciário determine que no montante anual recebido na Conta Centralizadora foi igual ou superior ao Fluxo Mínimo Anual, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário, que não poderá deixar de acatar, que o volume dos direitos creditórios sujeito ao Contrato de Penhor seja reduzido de modo a fazer com que referido montante anual seja proporcional ao novo Fluxo Mínimo Anual necessário após as datas de pagamento da Amortização ou de Resgate.

Da Apuração do Fluxo Mínimo Anual

Caberá ao Agente Fiduciário apurar, após 10 de maio de 2006, inclusive, no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro (ou no primeiro dia útil subsequente) de cada ano e até a total liquidação das obrigações garantidas (“Data de Apuração”), se a

somatória dos recursos efetivamente depositados na Conta Centralizadora nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês em que for efetuada a apuração correspondente a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor resultante da multiplicação da quantidade de debêntures em circulação pelo valor nominal atualizado de cada data de apuração (Fluxo Mínimo Anual). Segue abaixo quadro demonstrativo:

Período	Fluxo Mínimo Anual	Somatória dos Recur. na Conta Centraliz.	Fluxo Mínimo Anual (125%)	Status
janeiro/07	426.908.872,00	R\$ 635.264.874,41	148,81%	Suficiente
fevereiro/07	267.715.697,12	R\$ 653.014.640,79	243,92%	Suficiente
março/07	270.389.161,44	R\$ 676.624.160,38	250,24%	Suficiente
abril/07	273.341.562,40	R\$ 667.275.087,53	244,12%	Suficiente
maio/07	276.429.692,80	R\$ 673.742.282,25	243,73%	Suficiente
junho/07	279.529.685,12	R\$ 680.598.052,84	243,48%	Suficiente
julho/07	282.550.441,48	R\$ 694.316.160,89	245,73%	Suficiente
agosto/07	267.599.920,68	R\$ 707.028.324,50	264,21%	Suficiente
setembro/07	270.240.844,72	R\$ 715.443.577,79	264,74%	Suficiente
outubro/07	273.113.871,00	R\$ 722.705.429,62	264,62%	Suficiente
novembro/07	275.884.889,56	R\$ 733.539.328,54	265,89%	Suficiente
dezembro/07	278.418.266,88	R\$ 737.106.017,16	264,75%	Suficiente

PARECER

Não temos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Após análise das demonstrações financeiras da Emissora auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, cujo parecer não apresentou ressalva, no que diz respeito à capacidade de cumprimento de suas obrigações, a Companhia encontra-se apta a honrar seus compromissos decorrentes da escritura de emissão.

DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea “b” da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, alínea “I”, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, 30 de abril de 2008.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

“Este Relatório foi elaborado visando o cumprimento do disposto no artigo 68, § primeiro, alínea “b” da Lei nº 6407/76 e do artigo 12 da Instrução CVM nº 28 /83, com base nas informações prestadas pela Companhia Emissora. Os documentos legais e as informações técnicas que serviram para sua elaboração, encontram-se a disposição dos interessados para consulta na sede deste Agente Fiduciário”